

**CONSELHO DE GESTÃO DA SERRA DO JAPI**  
Criado pela Lei Complementar 417, de 29 de dezembro de 2004

Nomeado pela PORTARIA No 255, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

**Conselho de Gestão da Serra do Japi – 2019/2021**

**Ata da 18ª Reunião Ordinária do CGSJ e**  
**5ª Reunião Extraordinária do COMDEMA**

**Data:** 23 de junho de 2021

**Horário:** 15 horas

**Local:** Reunião *online*

Aos 23 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, por meio eletrônico, às 15:00 horas, horário da primeira convocação, não houve quórum. Às 15 horas e 16 minutos foi alcançado o quórum, com 11 conselheiros titulares do Conselho de Gestão da Serra do Japi (CGSJ) presentes e 17 conselheiros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), foram então abertos os trabalhos da 18ª Reunião Ordinária do CGSJ e 5ª Reunião Extraordinária do COMDEMA, presidida pela presidente deste último Conselho, Sílvia Merlo.

Tendo sido atingido o quórum, a presidente Sílvia Merlo ofereceu a palavra à presidente Raquel que iniciou a reunião com os seguintes assuntos:

1. **Discussão sobre os indicadores propostos na Lei Complementar nº 417/2004 e sobre o primeiro levantamento de dados já existentes na Prefeitura** – A presidente inicia a apresentação lembrando que o CGSJ possui entre suas atribuições acompanhar a situação ambiental da Serra do Japi por meio de indicadores, como previsto na LC 417/2004, e que estes indicadores não estão plenamente implementados, mas que há uma CT procedendo ao estudo dos indicadores, além da existência de alguns dados da Prefeitura e de um estudo que vem realizando em seu pós-doutorado. Por meio da projeção de material, iniciou sua apresentação definindo os indicadores ambientais como ferramentas para acompanhamento de padrões ambientais, estratégias de ação, evoluções através do tempo, eficácia e eficiência das ações tomadas. Prossegue os diferenciando dos índices ambientais, que são apenas resultados numéricos. Expõe sobre o porquê da necessidade de indicadores, como: a possibilidade de identificação de danos e ameaças aos ecossistemas e saúde humana; constituir ferramental para basear políticas, tomar decisões e elaborar programas; e servir como fonte de informação de fácil entendimento à população. Na continuação apresenta as cinco etapas de desenvolvimento de indicadores ambientais, sugerindo formas de adequação às nossas necessidades enquanto conselhos. 1-Identificação temática: partindo dos indicadores já propostos na LC 417/2004, quais são as nossas preocupações que devem ser tratadas e o que mais incluir? 2-Definição de interfaces e critérios de seleção: momento em que se estabelece os critérios de seleção destes indicadores que servirão de base para tomar e validar decisões. 3-Consulta aos tomadores de decisão: nesta etapa os indicadores podem ser submetidos aos conselheiros e técnicos garantindo relevância e objetividade. 4-

Consulta aos beneficiários: como já proposto anteriormente pela conselheira Vânia, a população poderia acessar e participar por meio dos dados disponibilizados na página da Fundação e ou em área do site da Prefeitura. 5-Divulgação junto aos interessados: nesta etapa os indicadores devem ser correlacionados com outras experiências além de permanecerem disponíveis para exame metodológico, o que propiciará sua melhoria contínua. A presidente dá continuidade em sua apresentação explanando sobre os critérios para a escolha de indicadores: a confiabilidade, a praticidade e a utilidade. Quanto aos critérios explica que a validade corresponde a sua validade científica; que a praticidade corresponde à necessidade de ser factível, inclusive quanto ao custo/benefício que o torna sustentável sob o ponto de vista histórico; por último explica que a utilidade corresponde à facilidade com que se possa alcançar o domínio público, dando como exemplo gráficos em uma plataforma. A presidente Raquel ressalta também o trabalho e conhecimentos na área de indicadores da conselheira Eliana, que vem contribuindo nas discussões. Raquel continua a explanação dizendo que existem vários modelos de indicadores ambientais em uso no mundo, mas que o método Pressão-Estado-Resposta (PSR) é o mais comum no Brasil e que foi desenvolvido e adotado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – que é um foro internacional dedicado à promoção de padrões em vários temas, inclusive ambientais. O princípio do modelo PSR se apoia (1º) em indicadores de pressão, isto é, indicadores que avaliam a pressão exercida pela atividade humana sobre o meio ambiente; (2º) em indicadores de estado, que descrevem a situação ambiental por meio de medições, relatórios etc.; (3º) em indicadores de resposta, que avaliam as medidas empregadas para a solução dos problemas ambientais. A presidente do CGSJ avança em sua apresentação falando sobre as diferentes escalas e atributos de interesse ambiental que devem estar representados em um sistema de avaliação baseado em indicadores: a paisagem, o ecossistema, o habitat e o solo.

2. **Discussão sobre os indicadores propostos na LC 417/2004 e sobre o primeiro levantamento de dados já existentes na Prefeitura** – A apresentadora Raquel sugere que a partir desta introdução conceitual sobre indicadores ambientais, prossigamos analisando a LC 417/2004, nos incisos V e X do art. 17, que discorrem sobre as atribuições e competências do CGSJ sobre estudos voltados ao aprimoramento do gerenciamento do território e da apresentação de propostas ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Programa da administração municipal para o território de gestão da Serra; e o art. 20, que diz que a efetividade da gestão do território deve se dar, no mínimo, por meio dos 10 indicadores do anexo III da mesma Lei. Após isso, a apresentadora comenta rapidamente dos dez indicadores, seus objetivos e forma de coleta de dados, e relata que em seu projeto de pesquisa, sob supervisão de Alexandre Marco, pretende desenvolver os modelos de indicadores para atender cada um destes pontos a serem monitorados. Parte do trabalho está sendo desenvolvido como iniciação científica, por uma aluna dela chamada Isabelle. Outros cinco alunos também estão levantando dados para auxiliar na pesquisa. A pesquisa de Isabelle, que está em andamento, levantou que a reserva Biológica de Uatumã (no

Amazonas, na bacia do rio Uatumã e Jatapu) já utiliza estes indicadores. Foram apresentadas tabelas desenvolvendo nove dos dez indicadores da LC417/2004, com a análise dos “aspectos a monitorar” e sugestão de “modelos de indicador” baseados em bibliografia de referência. Foram apresentados também alguns dos dados já existentes na Prefeitura com o objetivo de confrontá-los com os “aspectos a monitorar” com vistas a futura adequação desta coleta de dados pelos órgãos envolvidos. A apresentadora explica que há informações na Prefeitura com coleta sistemática desde 2017, mas são dados brutos que pouco explicam. Deu como exemplo o dado de número de visitantes, embora existente, não classifica o propósito das visitas, o porquê de terem vindo.

3. **Discussão sobre a variável ambiental no Plano Plurianual (PPA) da Prefeitura e seus indicadores** – Na continuação a presidente do CGSJ fala do material apresentado pela Prefeitura para dar início ao Plano Plurianual, no qual destaca o “Jundiaí Sustentável – Plataforma Desenvolvimento Sustentável” para os itens 6 (Água limpa e saneamento); 11 (Cidades e comunidades sustentáveis); 12 (Consumo e produção responsáveis); 13 (Ação contra a mudança global do clima); 15 (Vida terrestre); e 17 (parcerias e meios de implementação), os quais acredita que não possuam índices de interesse ao gerenciamento das questões da Serra do Japi. Finalizando declara que cabe aos conselhos estabelecer o que é necessário e a dotação orçamentária pertinente. A presidente do COMDEMA agradece a apresentação da presidente Raquel do CGSJ e abre a palavra aos senhores conselheiros. O conselheiro Flavio considera que é inadequado atrelar as atividades de limpeza de resíduos nas trilhas como manutenção para ser usado em indicadores. O mesmo declara que a Prefeitura disse que não há necessidade de orçamento para o meio ambiente porque já existe o Fundo, e que acha que a UGPUMA tem que convencer a administração sobre a necessidade. Continua seu relato contando que recentemente passou pelo COMDEMA um concurso de ideias para o Rio Jundiaí e que acredita que este é o momento de incluir no PPA a implementação da proposta ganhadora do concurso para **requalificar o espaço do Rio Jundiaí em seu trecho urbano**. Outro ponto que defende que deve fazer parte do PPA é a **implementação da Estrada Parque da Serra**. O conselheiro argumentou também que o Fundo é para quando ocorrem imprevistos que não constam da previsão orçamentária. Dá como exemplo o pagamento à Mata Ciliar, que no ano que vem o Fundo não terá dinheiro suficiente. Sugere finalmente que a **manutenção de trilhas e o pagamento dos serviços da Mata Ciliar** devem ser previstos no PPA. Diz ainda que o Plano de Manejo da Reserva já está previsto, então que deve vir da dotação orçamentária, pois sabemos que as questões do lixo envolvem muitos recursos do Meio Ambiente. A conselheira Vânia declara que também possui dados da Fundação para fornecer imediatamente para a pesquisa de indicadores ambientais. Declara também que os temas de pesquisa espontâneos não dão conta das demandas da Serra. Sugere a **criação de incentivos na forma de recursos para financiamento da pesquisa de interesse da Serra**. Concorde que os gastos com a Mata Ciliar e a conservação de trilhas não vai parar. Ressalta ainda que o manejo do Fundo precisa ter claro em que pode e em que não pode ser usado. A conselheira Vânia pondera ainda que para pleitear

verbas é preciso esclarecer qual é o montante e para que será usado. Declara ainda que os indicadores da Serra são antigos e ocorreram mudanças, exemplifica dizendo que hoje o entorno da Serra é muito importante. Sugere à pesquisa de indicadores que sejam criados “checklist” fáceis de aplicar, com pontuação que enquadrem os índices obtidos em uma escala, como muito bom, bom, regular e alarmante, exemplifica. Com relação aos dados de pesquisa da Fundação, a conselheira Vânia lembra que o investimento humano não é fácil e que foi agravado pela pandemia. O conselheiro Flavio comenta sobre a desapropriação na ReBio e sobre a existência de um processo pronto para o Sítio Lamarão, mas que não ocorre porque o proprietário se nega, o que considera um argumento insustentável para barrar o processo. Comenta ainda que só falta 1/3 da antiga Fazenda Vigorelli e que em breve vai ser liberada para a desapropriação. Serão necessários mais ou menos 4 milhões de reais para pagar, mas o Fundo não terá dinheiro suficiente. A conselheira Suzana Traldi considera essencial o **levantamento das áreas verdes de Jundiáí, tanto urbanas como rurais**. Argumenta ainda que a ReBio é uma pequena parte da cidade e que as demais áreas da cidade estão sofrendo como um todo. A presidente Silvia Merlo declara que a conselheira Liliana que não pode estar presente, mas que comunicou sua preocupação sobre a necessidade de um **levantamento das áreas verdes da cidade com vistas a preservação da água**. A conselheira Vânia propõe a **ampliação da área da ReBio** e que o trânsito de pessoas deveria ser impedido, sugere também a **criação dos corredores ecológicos** com finalidade de recuperação e conservação. A conselheira Suzana declara não considerar essencial a desapropriação de novas áreas, mas sim a verificação se elas estão sendo bem cuidadas e sua qualidade ambiental. A conselheira expressa sua preocupação com a contenção de incêndios nas propriedades particulares e a existência de pontos de acesso a água cadastrados para controle dos incêndios. Ela e seu irmão possuem coleção de água e estão dispostos a contribuir quando o serviço de controle de incêndios necessitar. O sr. Wagner declarou que tem como missão melhorar o PPA para que todos entendam quais os indicadores estão sendo usados. Declarou que está estudando junto com a UGAAT a **viabilização sustentável de negócios na Estrada Parque**, por meio do estímulo, por exemplo à obtenção do SIM (registro do Serviço de Inspeção Municipal) para pequenos produtores de produtos de origem animal como ovos, mel etc. Faz parte também **estabelecer os locais de maior interesse na recuperação florestal**. Lembra ainda que informar sobre a maneira correta de se proceder, é também uma forma de prevenção e educação. O sr. Wagner concluiu dizendo que se esforça para que todos os programas se comuniquem e deu como exemplo o “Pé de árvore”, “Entre a casa e a escola” e “Hortas urbanas”. A presidente Silvia Merlo pede ao sr. Wagner que esclareça a sua fala sobre educação. O sr. Wagner retoma a palavra e esclarece que informar as pessoas que estão buscando um imóvel, por exemplo, sobre a necessidade da existência de regularização fundiária para prevenir riscos, gastos e problemas como a falta pavimentação das vias etc., também é educação ambiental. O Insp. Lacerda da Divisão Florestal pede a palavra para responder à preocupação da conselheira Suzana e declara que este ano há em andamento uma força tarefa de combate a incêndios instituída para atender o Plano

**CONSELHO DE GESTÃO DA SERRA DO JAPI**  
Criado pela Lei Complementar 417, de 29 de dezembro de 2004

Nomeado pela PORTARIA No 255, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

Municipal de Contingência, Dec. nº 29.635/2021, inclusive com um curso de combate a incêndios. A presidente Silvia Merlo pergunta sobre se os veículos gaiola estão sendo usados no patrulhamento da Serra. O Insp. Lacerda declara que sim, inclusive com muitos casos de remoção de pessoas na área de acesso restrito. O conselheiro Rafael se disse descontente porque somente se comentou sobre indicadores para a Serra, mas não para o município todo. Ele complementa sua fala exemplificando com os casos de áreas “abandonadas” pela CETESB, a presença de poços de captação de água; fossas; problemas de uso do solo associados com a nova Lei de Liberdade Econômica e pergunta se não temos olhos para além da Serra. A presidente Raquel lembrou que o CGSJ é limitado ao território da Serra, mas que o COMDEMA deve expandir para toda a cidade. Argumentou também sobre aspectos importantes como a necessidade de **conectividade entre os fragmentos florestais** para garantir a variedade genética e importância da **vegetação de nascentes nas bacias** para preservação da água. Concluiu dizendo que o controle de indicadores fora da Serra pode também proteger a própria Serra. A conselheira Vânia reforçou a importância da fala do conselheiro Rafael e a necessidade de indicadores simplificados. Lembrou que “tudo” não deve ser colocado na educação, pois a educação é um processo. Falou também que questões ambientais são de benefício coletivo, sendo correto pagar por isso, e que o interesse individual não é maior que o do coletivo. O conselheiro Flavio concordou com a fala do conselheiro Rafael e disse que o COMDEMA deve informar seus interesses. Disse também que o Município Verde e Azul tem a participação de todos os setores da Prefeitura e com aumento da recursos, deveriam também criar um fundo. Em sua fala afirma que a bacia já conta com o financiamento do PSA, mas a Serra não tem nada. A presidente Silvia Merlo lê as observações do chat: relata que o conselheiro Pedro saiu da reunião por achar muito discursiva e não objetiva; que a conselheira Silvia informou que o PSA é pago a propriedades produtivas de qualquer lugar do município, ao que o conselheiro Flavio critica pelo chat dizendo que o programa somente paga produtores e que não reconhece como serviço ambiental a produção de água. Após a leitura a presidente Silvia Merlo concordou com o conselheiro Flavio sobre o programa PSA não atingir propriedades com mata e sem produção de alimentos, ainda que reconheça os esforços da Prefeitura. O sr. Wagner declarou que o programa PSA está se iniciando e que no futuro deverá atingir todas as propriedades. A presidente Silvia Merlo convida todos os conselheiros do COMDEMA a participarem com sugestões para os indicadores ambientais e para as propostas ao PPA, sugerindo o foco na água, pois os que são proprietários na Serra testemunham a cada dia a água diminuir em um cenário pouco animador. Na sequência encerra os trabalhos do COMDEMA e libera os conselheiros, passando a palavra para a presidente Raquel do CGSJ. A presidente Raquel solicita que os conselheiros do CGSJ concluam a pauta, a pesar do adiantado da hora, dando assim continuidade da reunião apenas ao CGSJ. Na continuação a conselheira Suzana sugere que haja uma dotação orçamentária para pagar pelo trabalho de pesquisa sobre indicadores ambientais apresentado pela presidente Raquel. A presidente Raquel declara que considera importante a existência de uma plataforma para os indicadores, seja no site da Prefeitura ou no da Fundação. O sr. Wagner acredita que na

**CONSELHO DE GESTÃO DA SERRA DO JAPI**  
Criado pela Lei Complementar 417, de 29 de dezembro de 2004

Nomeado pela PORTARIA No 255, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

elaboração de ações do PPA talvez seja possível fazer uma alocação de recursos para os trabalho dos indicadores. Ele continua sua manifestação falando sobre a importância de dimensionar o que é a estrada parque; sobre a necessidade da implementação do turismo regrado; da discussão sobre o que se quer fomentar; o que se deve ou não fazer em “um museu a céu aberto”; e sobre a possibilidade de “atrair” as visitas para locais desejáveis e adequados. A presidente Raquel pede para que o sr. Wagner apresente estes pontos invisíveis da apresentação do PPA. O sr. Wagner fala da importância de comparar quanto foi gasto em um ano com o seguinte. A conselheira Suzana pergunta: 600 mil em trilhas? O sr. Wagner explica que são trilhas tradicionais, com gastos de 50 mil por mês, e que a roçada foi reduzida. Ao que a conselheira Suzana pergunta se este trabalho serve para combate a incêndio e o sr. Wagner responde que não serve. A conselheira Suzana conta que sua mãe relatou que em 1942 houve um incêndio vindo de Cabreúva, mas pondera que depois disso houve uma recomposição da mata na década de 1960 devido a modificação da forma de ocupação. Conclui sua fala sobre que acha que a ReBio deveria ser somente para a pesquisa, sem visitação. O sr. Wagner concordou dizendo que aprecia a ideia de promover todas as atividades educativas na Estrada Parque, fora da reserva biológica e que acredita que a ideia também é do agrado da conselheira Vânia. Devido ao horário, a presidente Raquel solicita que passemos ao próximo ponto da pauta.

4. **Discussão e aprovação da Ata da 17ª Reunião Ordinária do dia 19/05/2021** – Os conselheiros manifestaram-se pela aprovação por unanimidade.
5. **Apresentação pelo conselheiro Adriano de resumo de material contido em um CD-Rom sobre a intenção da Prefeitura em desapropriar uma área para passar adutora de captação de água** – Devido ao horário, a presidente sugeriu enviar o material fornecido pelo conselheiro Adriano para análise pela CT de Uso do Solo, ao que os conselheiros concordaram.
6. **Demais assuntos** – A presidente informou que o CGSJ recebeu do sr. Wagner a Proposta de Alteração do Capítulo VI da LC 417/2004 e a Minuta de decreto sobre eventos na Serra e que está enviando estes dois processos para análise da CT de Legislação. O vice presidente perguntou sobre quando se iniciará o processo de recomposição do Conselho. O sr. Wagner informou que está atento e que, considerando os prazos, o chamamento deverá ser em julho.

Nada mais sendo tratado, a presidente Raquel encerrou a reunião às 17 h e 30 min.

---

Raquel Carnivalle Silva Melillo  
Presidente do Conselho de Gestão da Serra do Japi – CGSJ

**Conselheiros UGSJ:**

Adriano Jhonny Molina Zonaro

**CONSELHO DE GESTÃO DA SERRA DO JAPI**  
Criado pela Lei Complementar 417, de 29 de dezembro de 2004

Nomeado pela PORTARIA No 255, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

Alex Pereira Pinto

Daniel Lunardi Petrin

Henrique Parra Parra

Maria Romilda Giulianello Mariotti

Mariana Gonçalves Úngaro

Nivaldo Jose Callegari

Raquel Carnivalle Silva Melillo - Presidente

Rogério Cabrera Merlo

Silvia Regina Reis Santaella

Suzana Traldi

Vania Plaza Nunes

Wagner da Silva Soares

Yone Guatta Candioto (suplente)

**Conselheiros COMDEMA:**

Bruno Ceneviva Fornazari

Fernanda Marques Jesus de Oliveira

Flavio Gramolelli Júnior

Giorgio Di Rito

Graciela Silva Carvalho

Ivair Sebastião Rodrigues

Joana Iara de Carvalho

José do Café Rodrigues

Marcia Torolio

Nivaldo Calegari

Pedro Sergio Pontes

Rafael Irineu Castelli

Sabrina Lucci

**CONSELHO DE GESTÃO DA SERRA DO JAPI**  
Criado pela Lei Complementar 417, de 29 de dezembro de 2004

Nomeado pela PORTARIA No 255, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

Silvia Lucia Vieira Cabrera Merlo - Presidente

Vitor Cesar Martins

Wagner de Paiva

Walkiria Plaza Nunes

Convidados participantes: Juliana Oliveira de Paula (Coletivo do Japy); Insp. Lacerda (Div. Florestal); Daiane; Isabelle Luiza Hernandez; Kaio Souza.